

O Papel do Hezbollah no Desenvolvimento de uma Nova Identidade Nacional Libanesa: os Efeitos da Guerra de 2006

Hezbollah's Role on the Development of a New Lebanese National Identity: The Effects of the 2006 War

El Papel de Hezbolá en el Desarrollo de una Nueva Identidad Nacional Libanesa: Los Efectos de la Guerra de 2006

Bianca Guimarães Vizzotto¹

RESUMO

A ascensão da milícia xiita Hezbollah no ano de 1982, em meio à Guerra Civil do Líbano (1975-1990), significou uma série de mudanças profundas no cenário sociopolítico libanês. Dessa forma, a pesquisa analisa o desempenho do chamado Partido de Deus como agente fomentador de uma nova identidade nacional no país, fazendo referência à ideia de um “Estado dentro do Estado” sob a perspectiva dos efeitos da Guerra de 2006. Assim, o objetivo principal é identificar o impacto do Partido na dinamização da sociedade libanesa, bem como as consequências para o âmbito político. Para isso, foi utilizada tanto revisão bibliográfica quanto análise histórico-conceitual para compreender a real influência da organização em uma nova identidade nacional libanesa.

Palavras-chave: Hezbollah. Líbano. Identidade nacional. Guerra de 2006. Estado dentro do Estado.

ABSTRACT

The rise of Shiite militia Hezbollah in 1982, in the midst of Lebanon's Civil War (1975-1990), indicated a set of deep changes in the sociopolitical setting of Lebanon. Therefore, this paper analyses the performance of the called God's Party as the promoter of a new national identity in the country, referencing the concept of “State within the State” under the effects of the 2006 War. Thus, the main objective is to identify the impacts of the Party in regards to providing impetus for the lebanese society, as well as its consequences in the political context. To this end, bibliographic review and historic-conceptual analysis were used to comprehend the real extend to the organization's influence in a new national identity for Lebanon.

Keywords: Hezbollah. Lebanon. National identity. 2006 War. State within the State.

1. .Graduanda em Relações Internacionais pela Faculdades de Campinas (FACAMP). Contato: biancavizzotto@gmail.com. Orientação do professor mestre James Onnig Tamdjian. Agradeço por desde o começo acreditar na pesquisa e por sempre me inspirar a sair da zona de conforto dentro das Relações Internacionais. Contato: james.onnig@facamp.com.br

RESUMEN

El surgimiento de la milicia chií Hezbollah en 1982, en medio de la Guerra Civil del Líbano (1975-1990), significó una serie de cambios profundos en el escenario sociopolítico libanés. Así, la investigación analiza la actuación del llamado Partido de Dios como agente impulsor de una nueva identidad nacional en el país, refiriéndose a la idea de un “Estado dentro del Estado” desde la perspectiva de los efectos del

Guerra de 2006. El objetivo principal es identificar el impacto del Partido en la dinamización de la sociedad libanesa, así como las consecuencias para el ámbito político. Para ello, se utilizó tanto la revisión bibliográfica como el análisis histórico-conceptual para comprender la influencia real de la organización en una nueva identidad nacional libanesa.

Palabras claves: Hezbollah. Líbano. Identidad nacional. Guerra de 2006. Estado dentro del Estado.

INTRODUÇÃO

A Guerra de 2006 foi um evento marcante para o arranjo da política doméstica do Líbano e de sua colocação regional. O conflito, travado entre o Hezbollah e Israel, é uma imagem explícita do que o Partido de Deus buscava e podia fazer, trazendo à realidade as ideologias da Carta Aberta de 1985² e, mais tarde, do Manifesto de 2009: prevalecer sobre o imperialismo das nações ocidentais, promover uma união pan-islâmica a partir da noção revolucionária iraniana baseada na *umma* e, principalmente nesse caso, reafirmar o antissionismo. No âmbito social e econômico a Guerra também deixa marcas profundas, principalmente nos subúrbios do país que, além de ser a área mais atacada – causando os maiores prejuízos econômicos – é também o lar da grande parte dos xiitas libaneses, uma população que já sofre com certa segregação e insatisfação política (ALAGHA, 2011, p. 15; NORTON, 2014, p. 12).

Isso posto, é importante pontuar que a atuação do Hezbollah nos subúrbios é dada por meio da contenção de danos, promoção de reformas estruturais e auxílio das famílias, de forma mais eficaz do que o próprio governo libanês, se enquadrando na ideia do “Estado dentro do Estado”. Essa lógica remete à capacidade do Partido em desenvolver um aparato que remete àquele de um Estado propriamente dito dentro das fronteiras do Estado libanês, mesmo com a organização política estabelecida pelo Pacto Nacional³ de 1943. As-

2. Documento constitutivo do Partido de Deus, elaborado a partir dos principais preceitos, crenças e valores do Hezbollah.

3. Estabelece um sistema político de liderança compartilhada entre os três maiores grupos religiosos do país: cristãos maronitas, muçulmanos xiitas e muçulmanos sunitas. O Pacto Nacional determina que os líderes políticos seriam selecionados de acordo com o tamanho de cada um dos grupos: um Maronita como presidente, um Sunita como primeiro ministro e um Xiita como presidente do parlamento.

sim, ao colocar em questionamento a organização política de um aparato estatal e político construído com base em religiões, coloca-se em xeque também parte da tradição, dos valores e da vivência dessa sociedade (KINDT, 2009; NORTON, 2014, p. 11).

Com isso, o questionamento realizado para os fins desta pesquisa se rege pela compreensão de que a identidade nacional libanesa passaria a enfrentar um momento de turbulência com a introdução de uma nova compreensão da realidade social, política e econômica a partir da Guerra de 2006. Dessa maneira, o Partido de Deus em sua forma mais prática e estrutural faria parte do processo de ruptura da organização sócio-política do Líbano entendendo que sua influência a nível Estado e nação – em seus formatos conceituais – teria grande peso. O ponto central, então, é a investigação de sua participação no desenvolvimento de uma nova identidade nacional, dentro da lógica de um pós-Guerra em que tensões políticas internas e externas surgiam, mas também uma comunidade fragilizada se mostrava cada vez mais suscetível à atos de defesa.

Por isso, o artigo se debruçará no entendimento do que se trata a identidade nacional para criar as bases necessárias para a discussão ao decorrer da pesquisa. Desse modo, a primeira seção será dedicada a essa compreensão, posteriormente, será explicado histórico e conceitualmente do que se trata o Partido de Deus e sua principal marca: o conceito de Estado dentro do Estado. Por fim, será realizada uma revisão bibliográfica acerca do que foi a Guerra de 2006 e seus marcos para, então, serem realizadas as considerações finais, de forma a responder se de fato houve alguma influência sobre a identidade nacional libanesa.

CONCEITUANDO ESTADO, NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

Ao procurar definir o conceito de identidade nacional é preciso dar um passo atrás para primeiro observar o panorama mais amplo no qual essa ideia está contida. Nesse sentido, é preciso observar os dois níveis de concepção dessa ideia: o Estado e a nação, bem como sua diferenciação. A razão para essa separação é compreender, primeiramente, a distinção existente entre os dois conceitos para que, posteriormente, a questão identitária seja melhor assimilada.

A confusão que normalmente é feita com os conceitos de nação e Estado é expressa pelo uso das nomenclaturas de forma quase

sinônima quando, segundo Sahid Maluf (2007), na verdade é possível afirmar que uma precede a outra. Desse modo, o primeiro componente dessa diferença é dado pela caracterização da nação como momento anterior à existência de um Estado propriamente dito; ou, por assim dizer, de uma organização política ditada por uma forma específica. Dito isso, e por conclusão dessa relação de causa e consequência, é possível afirmar que uma comunidade socialmente organizada e unida em torno de elementos em comum – uma ordem primordialmente subjetiva – caracteriza uma pátria muitos antes de caracterizar uma instituição regida juridicamente (p. 15–16).

Tendo isso em mente, é importante salientar que a existência dessa comunidade está atrelada à identificação coletiva, dada pela composição específica de memórias resultantes de experiências históricas marcantes, que culminam em uma aproximação psicológica (TITAN JUNIOR, 1997, p. 162). Nesse sentido, a formação nacional, não só abarca como é inerente ao coletivo populacional do espaço habitado por ela; em última instância a nação é formada por pessoas. Além desse fator central, é necessário considerar os aspectos que permeiam esse conjunto de indivíduos tais quais a história, principalmente no que se pode considerar sobre tradições – que remetem à um legado e memórias coletivas. Da mesma forma, há também a união, fortificada pela consciência nacional e pelo ímpeto de celebração de heranças passadas, agora vividas no presente (MALUF, 2007, p. 15; TITAN JUNIOR, 1997, p. 173).

Isso posto, é possível compreender que a relação de dependência entre eles ocorre, na medida em que o Estado corresponde à organização política dessa comunidade – a nação – estabelecendo que o aparato estatal corresponde à uma formação nacional e caso não faça, é passível de questionamento. Sendo assim, a este aparelho se dedica a qualidade de, entre outras coisas, disciplinar, organizar a sociedade juridicamente. Isso é feito através do poder que detém, o que se entende por monopólio da força é estreitamente associado ao aparato jurídico que também está contido não apenas nas funções, mas principalmente no que torna o aparelho estatal o que ele é (DALLARI, 2011, p. 120; MALUF, 2007, p. 18).

Ainda, a organização social realizada pelo Estado em seu poder é válida no espaço territorial que lhe é designado, ou seja, a ação estatal está limitada não apenas por uma sociedade e pelo poder necessário para ter gerência sobre ela, mas também, por um espaço geográfico – o que não se traduzia como verdade quando se falava

sobre nação. Nesse sentido, a garantia da soberania estatal, somente válida em território específico, deve garantir o bem comum do povo que, por sua vez, se encontra subordinado à ordem jurídica estabelecida pela coerção. No entanto, apesar de a ordem jurídica ser o fator central para a ação do Estado, ela não se esgota nessa ideia, uma vez que, como afirmado, ele ainda possui a responsabilidade de garantir o bem estar, tornando o aparato não só feito pelo povo, como também para o povo (DALLARI, 2011, p. 121–122).

A partir dessas diferenciações torna-se possível conceitualizar o fator que, apesar de conter as duas ideias apresentadas, é o que compreende os nacionais de um país em sua subjetividade e particularidade. De forma superficial, portanto, a identidade nacional existe a partir do momento em que há identificação com uma nação e, concomitantemente, a aproximação comportamental entre os indivíduos que formam a comunidade. Nesse sentido, é possível afirmar que o elemento identitário torna uma pessoa parte de um todo, correspondente à nação, o objeto intrinsecamente relacionado a essa formação (BLOOM, 1990, p. 79; MONGIARDIM, 2020, p. 10).

Contudo, a identidade nacional não deve ser percebida como a representação sensitiva do que é “o nacional”, ao contrário, ela está mais próxima da manifestação de um conjunto de pessoas no mesmo território e sua organização específica, ligada à fatores psicossociais. Isso significa dizer que valores, ideais, tradições, comportamentos e até mesmo o patrimônio cultural fazem parte da aproximação e identificação de um determinado povo. Esse movimento resulta em uma autoconsciência coletiva, o que também inicia um processo de perceber as diferenças de outros conjuntos, dando força a símbolos comuns, fazendo com que um povo se una em prol da vontade de fazer eles perdurarem por gerações – caracterizando a base da identidade nacional (MONGIARDIM, 2020, p. 11; PAREKH, 1995, p. 267).

Diante dessa afirmação, percebe-se também como os fatores de identificação são perfeitamente mutáveis, assim como sua exclusividade não pode ser afirmada, sob o ponto de vista de que elementos culturais, por exemplo, podem ser comuns ou ao menos parecidos, entre comunidades. Além disso, podem existir leves discrepâncias entre pequenos grupos com relação ao todo, o que confere o caráter heterogêneo à identidade, não excluindo a base identitária de uma comunidade como unidade. Essa constatação aponta para a dualidade presente na sociedade tanto por seu aspecto cultural, quanto político. Isso na medida que, como dito anteriormente, os indivíduos

vivem de maneira comum – de modo geral – e conduzem relações coletivas parecidas, respectivamente (PAREKH, 1995, p. 259).

O que se pode considerar como característica comum entre todas as manifestações de identidade nacional é o sentimento social de união, mas principalmente de proteção desta. Na medida em que a questão identitária possui uma importância crucial para uma sociedade é possível observar como esse conjunto se organiza e se prepara para defendê-la em âmbito internacional, visto que a população sempre irá se posicionar contrária a políticas ou investidas que possam ameaçá-la. Da mesma forma, a mesma mobilização social pelo combate à ameaça é disposta a modificar a identidade frente a desafios e necessidades de adaptação ou convivência com vizinhos (BLOOM, 1990, pp. 79–80; MONGIARDIM, 2020, p. 11).

Nesse sentido, o aspecto político da identidade deve ser visitado e, nele, chama-se a atenção para sua característica volátil, derivada de construções sociais, percepções históricas, geográficas e pessoais (PAREKH, 1995, p. 265). Ainda, identifica-se como a identidade política de uma sociedade se ancora na objetividade técnica, se fazendo presente por meio de normas e instituições que as reafirmam, além de fazer parte do conjunto identitário da nação por meio da memória coletiva. Pensando nisso, a manipulação da memória é feita facilmente de acordo com os interesses de políticos engajados na manutenção dessa identidade. O que se dá a partir disso são as competições políticas diversas para a proteção da identidade nacional – assim como a capacidade de inferir sobre ela (BLOOM, 1990, p. 81–82; PAREKH, 1995, p. 259).

Em suma, identidade nacional se compreende pela constituição de crenças, modos de pensar e viver, valores, entre outros elementos, e como eles impactam a sociedade de modo geral, quais suas reais contribuições e que tipo de marca ele deixam, se combinados. Além disso é importante pontuar como deixam uma sociedade suscetível a determinada liderança, que se vale desses fatores para governar o inconsciente comum. Em última instância, o coletivo e sua vivência moldam a convivência, tornando-se sua identidade, propensas a certos discursos, propensas a certas crenças (PAREKH, 1995, p. 257).

HEZBOLLAH: O PARTIDO DE DEUS

No que se refere ao ator central do objeto de pesquisa, a presente seção busca apresentar a origem, a ideologia e a razão de existência do Hezbollah – Partido de Deus em tradução livre – tendo em

vista suas manifestações tanto na forma da Carta Aberta de 1985, quanto na forma de seu Manifesto de 2009. Esses elementos evidenciam a razão pela preponderância do Partido em todos os âmbitos da realidade libanesa, assim como a história e os eventos que precederam sua existência. Dessa forma, o objetivo da atual seção é compreender a história e os momentos que tornaram a organização um ator de peso no Líbano, de maneira a construir o ponto central do artigo.

Apesar da história do Hezbollah começar em meio a Guerra Civil Libanesa (1975-1990), a questão xiita no país possui um passado mais amplo. Compreender esse passado se faz necessário para, de fato, entender a força que o Partido possui no país, mas especificamente nos subúrbios libaneses. O ponto de inflexão da política no Líbano se deu pela determinação do *Mithaq al-Watani*, o Pacto Nacional que determinou, em 1943, o sistema de liderança compartilhada entre Cristãos Maronitas, Muçulmanos Sunitas e Muçulmanos Xiitas. De modo geral, fica decidido que, de acordo com o tamanho da comunidade de cada uma das congregações no país, os líderes políticos seriam selecionados. Assim, a presidência é ocupada por um Maronita, o cargo de primeiro ministro por um Sunita e a presidência do parlamento por um Xiita (NORTON, 2014, p. 11-12).

Assim, nota-se uma desigualdade entre os poderes concedidos à cada uma das comunidades religiosas, que vai muito além de apenas a participação de fato de cada um nas tomadas de decisão. A representação xiita, dado o Pacto, sofre com uma sub-representação de poder considerável, o que evidencia o primeiro elemento de importância para entender a ascensão e o apoio ao Hezbollah: a disparidade de relevância política entre os três representantes na chamada “presidência compartilhada”. Junto a isso, é importante pontuar a marginalização da população xiita no Líbano – que habita, majoritariamente, o Vale do Beca, no sul do país, um subúrbio (*dah-iyā*) – como fator central para compreender a insurgência do Partido de Deus como uma organização “representativa” (NORTON, 2014, p. 12-13).

Nesse cenário regional, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela insurgência de movimentos muçulmanos para a representação política como o Partido Baath na Síria e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). A afinidade dos xiitas libaneses com esses movimentos e, em especial, com a OLP – principalmen-

te após a Guerra Árabe-Israelense⁴ – deu espaço para sua atuação no país (SAAD-GHORAYEB, 2002, p. 8). Dessa forma, incitado pela situação do povo xiita no Líbano e pelos movimentos adjacentes a semente do Hezbollah foi plantada, em 1974, por meio do Movimento dos Desprovidos e de seu braço armado, o Amal. Essa foi uma das iniciativas políticas do então representante Xiita no poder, Musa al-Sadr, para conferir relevância à comunidade e suas necessidades (AVON; KHATACHADOURIAN, 2012, p. 15).

Nesse contexto, a eclosão da Guerra Civil em 1975 significou a acentuação da polarização doméstica dos grupos religiosos, em especial dada a desaprovação maronita com relação à instalação palestina ao sul do Líbano – principalmente da OLP – e o apoio xiita, na forma do Movimento Nacional Libanês (MNL)⁵. Ainda, a situação insustentável da comunidade xiita e sua insatisfação frente à segregação, aliados a segunda invasão de Israel em 1982, se tornaram o momento ideal para a criação do Hezbollah. Além disso, é preciso levar em consideração o cenário propenso para movimentos de dissonância com a ordem vigente, muito influenciados pela Revolução Iraniana (SAAD-GHORAYEB, 2002, p. 9–10).

Mesmo com o surgimento do Partido em 1982 foi somente em 1985 que, financiados tanto por forças sírias, e principalmente pelo Irã, os jovens revolucionários se equiparam para assumirem um papel de preponderância tanto na Guerra quanto no cenário sócio-político libanês. Nesse sentido, é necessário destacar que a exportação iraniana da chamada Revolução Islâmica teve e ainda tem um papel central na formação ideológica do Hezbollah, como observado em suas declarações públicas de 1985 e 2009. Um grande exemplo disso é a Carta Aberta (1985), primeiro documento e aquele que salienta a importância e os principais pilares constitutivos do Partido, como o pan-islamismo, o anti-imperialismo e o antissionismo⁶, heranças do movimento iraniano (ALAGHA, 2011, p. 15; NORTON, 2014, p. 34).

Desde seu princípio o Hezbollah se define como uma extensão da vanguarda iraniana no Líbano, que não se limita à definição

4. Episódio marcado pelo conflito armado entre árabes e israelenses, visto a insatisfação com o Plano de Partilha, que reconhecia Israel como um Estado e com o desrespeito desse Plano com a deslocação de palestinos. Ver MORRIS, Benny. **1949 - The First Arab-Israeli War**. New Haven: Yale University, 2008.

5. Ver RAAD, Inam. “For More Than a Year Eighty Percent of Lebanon was Run by the Lebanese National Movement”. **MERIP Reports**, [S. l.], v. 73, n. 73, p. 14–15, 1978. DOI: 10.2307/3012263. Acesso em: 23 maio. 2021.

6. Aqueles que são contra os apoiadores da formação do Estado de Israel.

de uma estrutura política, uma vez que o objetivo de sua existência ultrapassa esses limites para ser uma *umma*, uma comunidade muçulmana (ALAGHA, 2011, p. 40). Dito isso, compreende-se que o pan-islamismo e a questão do estabelecimento de um “Estado islâmico” – nos moldes do iraniano – são elementos centrais da ideologia, sob a crença de que um povo unificado não pode ser oprimido, criando uma só identidade entre esses indivíduos (ALAGHA, 2011, p. 19–20).

Nesse sentido, os pontos centrais presentes tanto na Carta quanto no Manifesto de 2009 expõem a situação de opressão vivida principalmente pelos xiitas, apontando que o Partido de Deus sempre se refere à libertação dos oprimidos. Essa se caracterizou como uma universalização de apontamentos do Corão como *mustad’af*, em outras palavras, aqueles que pouco tem e é o elemento central de atuação do Hezbollah (ALAGHA, 2011, p. 15–16). Além disso, também é possível relacionar esse conceito com o forte posicionamento anti-imperialista, uma vez que essa prática coloca em risco a *umma*, se colocando prontamente contra governos que possuem práticas colonialistas, como os Estados Unidos, a França e Israel (ALAGHA, 2011, p. 20–21).

Ainda, estreitamente ligado ao entendimento de “inimigos em comum”, algo muito presente na Carta de 1985 e, mais tarde esclarecida no Manifesto de 2009 é o antissionismo. O entendimento do termo “sionistas” na Carta parte do princípio de que Israel é a maior entidade Sionista e, portanto, todos que lá habitam se encaixam nessa distinção. Essa questão está intimamente ligada ao que o Partido chama de “libertação da Palestina” e instalação de um Estado Palestino, também governado pelo Islã (ALAGHA, 2011, p. 19). Nesse sentido, por muito tempo entende-se que a concepção do Hezbollah é, basicamente, antijudaica, o que é refutado no Manifesto em que há uma delimitação do que de fato é a maior questão para eles: a ocupação da terra e de seus lugares sagrados (ALAGHA, 2011, p. 30).

A organização do Hezbollah também gira em torno do que seria a *jihad*⁷ composta de duas partes: a maior – uma luta espiritual – e a menor – uma luta militar. A segunda, em específico é praticada por meio do combate direto de forças contrárias ao Islã, da política Maronita excludente e dos inimigos locais e internacionais como os mencionados anteriormente. Dessa forma, o Partido protege a

7. Uma luta interna e pessoal em busca da melhoria constante que não necessariamente possui uma conotação religiosa, porém, quando aplicada nesse contexto, é a busca pela permanência no caminho sagrado a partir do esforço de não sucumbir aos desejos carnavais.

umma e seus interesses na *jihad* maior, tocando no principal aspecto dessa aliança invisível entre os muçulmanos – especialmente xiitas – que se revela como a confiabilidade e a defesa dos interesses dessa comunidade perante não apenas a ameaça interna, mas também a externa (ALAGHA, 2011, p. 21).

O Estado dentro do Estado

O fim da Guerra Civil trouxe consigo uma nova organização política para o Líbano principalmente no que se refere ao posicionamento do Hezbollah nessa dinâmica. Isso fica claro com o Acordo de Taif⁸ que estabelece, entre outras coisas, o desarmamento das forças revolucionárias para sua inclusão no aparato político-social do país. A entrada do Partido de Deus nas eleições parlamentares de 1992 foi uma demonstração da trégua relacionada ao questionamento do aparato, o que também gerou a garantia de que a organização poderia se posicionar no sul no Líbano contra as possíveis ofensivas de Israel (KINDT, 2009, p. 130–131).

No que se refere ao papel político do Partido, os anos 1990 marcaram a fortificação de sua atuação política e a construção de um aparato que pudesse desenvolver tanto a capacidade de governança regional quanto aquelas inerentes a um partido propriamente dito. A partir desse momento, um mecanismo criado em 1984 é elaborador para conferir ao Partido mais legitimidade: o Conselho Shura (Consultivo) que, composto por sete líderes, se organiza em cinco conselhos adjacentes, criados posteriormente à Guerra, para exercer funções semelhantes a de uma administração estatal (KINDT, 2009, p. 131).

De forma geral, o Conselho é o órgão máximo de formulação de política e tomada de decisão do Partido a nível nacional, representado na figura de Hassan Nasrallah, líder do Partido e Secretário Geral – estando abaixo apenas da autoridade jurídica (*Wali-al-Faqih*) do supremo líder Ayatollah Ali Khamenei – seguido por um Conselheiro Político, geralmente iraniano. Abaixo desse principal órgão, existem os conselhos Executivo, Político, de Jihad, Judicial e Parlamentar, com funções e subdepartamentos distintos (RUDNER, 2010, p. 227–228).

Esse complexo mecanismo confere ao Hezbollah possibilidades diversas de ação como a prestação de serviços básicos à população libanesa como um todo, por vezes sendo até mesmo mais eficiente

8. Apesar de o Acordo ter sido assinado em 1989, o conflito prosseguiu até 1990.

que o próprio Estado libanês. O aparato também é equipado para negociar com agentes internos e externos e possui autonomia para tal. Ainda, com o Conselho Judicial o Partido pode resolver litígios de ordem civil ou religiosa – por meio da *Shari'a*⁹. Além disso, é por intermédio do Conselho de Jihad que ameaças à população são detectadas e, por meio de recomendações, a defesa é realizada pelo braço Militar desse Conselho, com autorização para combater ameaças internas e externas (KINDT, 2009, p. 133–134).

A GUERRA DE 2006 E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

A Guerra de 2006 ressalta, entre outras coisas, a ambição do Hezbollah e seu poder combativo principalmente no que diz respeito a seu inimigo mais próximo: Israel. O poderio militar combinado ao antissionismo efervescente – além da constante tensão entre os dois atores na fronteira sul do Líbano – culminaram no que se teve como a “Sexta Guerra Árabe-Israelense” ou “Segunda Guerra do Líbano”. Esse conflito, apesar de infeliz, não chamou atenção como um problema particularmente novo no Oriente Médio, visto que o próprio surgimento do Hezbollah se deu por meio da invasão israelense no conflito doméstico, e as relações entre os dois países sempre se mostraram conturbadas, a exemplo da Guerra dos Sete Dias (1993) e a Operação Vinhas da Ira (1996) (PERLIGER, 2008, p. 1).

A Guerra, que durou 34 dias, teve seu início no dia 12 de julho com o ataque do Hezbollah à patrulha israelense na fronteira com o Líbano, matando três soldados da Força de Defesa de Israel (FDI) e deixando quatro feridos, capturando dois desses. A escalada do conflito foi algo inédito nesse quesito, uma vez que a resposta de Israel foi quase imediata, algo não esperado pelo alto escalão do Partido de Deus já que o intuito inicial era fazer uma troca de prisioneiros. Além disso, internamente o Partido acreditava no ganho de poder com essa iniciativa visto que as discussões relacionadas à sua estrutura e seu aparato militar já pendiam para seu desmonte, conferindo-lhes cada vez menos poder na esfera doméstica (HAREL; ISSACHAROF, 2008, p. 84; PERLIGER, 2008, p. 1–2).

Apesar da pronta resposta, Israel acreditava que o conflito duraria apenas alguns dias após a decisão de não apenas manter o litígio no sul do Líbano, mas levar também à Beirute, bombardean-

9. Lei Islâmica.

do ambas as regiões. Ainda que a reação israelense tenha sido devastadora, nada além do que se via nos primeiros dias havia sido realmente planejado, o que, de certa forma, diminuiu a capacidade de utilização do potencial militar do país. Igualmente, não acreditando na magnitude da resposta – ou que haveria resposta alguma – o Hezbollah não vislumbrava um conflito de tamanha proporção e seu preparo se deu em meio ao conflito, mas principalmente em convergência aos ataques de Israel. Fica claro, dessa forma, que nenhum dos lados esperava e se preparava para um conflito de 34 dias e isso causou muitas perdas para os dois lados (HAREL; ISSACHAROF, 2008, p. 86–87; PERLIGER, 2008, p. 2).

Nesse sentido, a troca de demonstrações de poder em grande escala foi o que sustentou a guerra, em um empenho sem precedentes e mesmo com a tentativa israelense de tentar mitigar as investidas do Hezbollah, os mísseis lançados para o lado israelense após a primeira rodada de bombardeios na *dahiya* alcançaram muito mais fundo do que se esperava, deixando uma proporção quase comum de feridos e mortos dos dois lados do conflito. A perda humana – em conjunto com a instabilidade econômica – em larga escala fez pairar um sentimento de negligência de ambas as partes acerca da necessidade de um conflito do porte do que foi a Guerra de 2006, principalmente levando em consideração o desmantelamento de estruturas funcionais (HAREL; ISSACHAROF, 2008, p. 91–92; PERLIGER, 2008, p. 2).

De um lado, a administração israelense recebia duras críticas acerca do uso malfeito do aparato de defesa do país o que, além de levar a um ataque letal para, aproximadamente, 158 israelenses – em sua grande maioria militares – e tirar a capacidade de deterrence sobre a fronteira sul do Líbano, desencadeou protestos frente ao descaço. Isso se deu também pela crença do FDI na incapacidade militar do Hezbollah, subestimando qualquer efeito das ações do partido. Frente a isso, apesar de quando comparadas às perdas libanesas as israelenses terem sido significativamente menores, o choque popular pela escalada da situação foi tamanho e as medidas de segurança foram reforçadas. Apesar de esse ter sido o maior momento de tensão para a população israelense em termos de conflito e suas consequências internas, diferentemente do Líbano a economia de Israel não sofreu grandes consequências e a lição que se teve foi de um maior preparo militar para evitar tanto perdas humanas quanto infraestruturais (ALAGHA, 2008, p. 3; FAYUTKIN, 2009, p. 203–204; PERLIGER, 2008, p. 2–3).

Por outro lado, em meio a dificuldades políticas, sociais e econômicas o Líbano como um todo sofreu as consequências da unilateralidade do Partido de Deus, uma vez que o ataque inicial não teria sido meramente comunicado ou discutido com o governo libanês (HAREL; ISSACHAROF, 2008, p. 82). Nesse sentido, com uma população à mercê de uma guerra brusca e com um governo, na figura do então presidente Fuad Seniora, que não se movimentou de fato para dar um fim a ela, a polarização interna foi acentuada principalmente pela perda de apoio por parte da comunidade xiita. Isso porque o principal foco dos ataques de Israel eram as *dahiyas* – onde a maioria da população xiita se encontra – e sua destruição em massa deixou apenas ruínas do que eram as casas nessa região. Com isso, estima-se a perda de aproximadamente 1.200 vidas libanesas e em torno de 4 bilhões de dólares em destruição, contando com a economia embrionária do país (ALAGHA, 2008, p. 3 e p. 5; FAYUTKIN, 2009, p. 202).

OS EFEITOS DA GUERRA

A partir desse momento é possível estabelecer ligações entre o desempenho do Hezbollah, a Guerra e a questão da identidade nacional estabelecidas anteriormente. Inicialmente, é preciso compreender como o pós-Guerra de 2006 se tornou um ambiente propício para a ascensão do Partido de forma considerável. Isso se deve ao fato de que, como posto anteriormente, a população, em especial do sul do Líbano, já não contava com a capacidade do governo em administrar a região propriamente, além disso, a insatisfação popular com o governo de Siniora durante a Guerra fez com que os olhos se voltassem ao Hezbollah – de uma forma, ou de outra.

Apesar das grandes perdas, os dias que sucederam a Guerra foram decisivos para que o Partido difundisse a ideia de uma vitória divina contra Israel. O Comício realizado em 23 de setembro foi centro dessa difusão, espalhando uma sensação de que o povo não somente havia sido livrado de um destino sem precedentes na mão de um inimigo comum, mas também como o Partido havia sido um ator subestimado militarmente. Analisando esse comportamento inicial de Nasrallah como representante do Hezbollah, fica evidente como o Partido se coloca como guardião da identidade nacional libanesa – optando por não se desarmar –, ao mesmo tempo que procurar inferir política e ideologicamente sobre ela, para servir aos princí-

pios colocados na Carta de 1985 e seus objetivos. A manipulação da crença de uma vitória contra aquele que seria o inimigo supremo – de todo o Líbano e não apenas do Hezbollah – ativa diretamente valores que constituem a identidade nacional de um povo, além de mexer profundamente com o senso de comunidade e confere ao ator específico a lealdade do povo e sua comunidade (BAKRI, 2006; PAREKH, 1995, p. 257).

Nesse sentido, é importante salientar que um dos aspectos comunitários da identidade nacional é a ligação que se estabelece decorrente de um trauma coletivo. Tendo isso em mente, é possível estabelecer um diálogo entre os momentos iniciais do pós-Guerra e a manobra do Hezbollah em se colocar no centro da proteção de uma sociedade abalada pelos efeitos desse conflito e a administração dele. A suscetibilidade aparente do povo libanês nesses primeiros momentos, decorrente de sua fragilidade e demonstrada por seu enorme apoio no Comício da Vitória Divina, caracteriza também a maneira como o Partido soube manipular esse sentimento a seu favor, de maneira a estabelecer uma rivalidade clara entre o Líbano e Israel e uma preponderância no inconsciente coletivo (PAREKH, 1995, p. 257).

No entanto, apesar da euforia momentânea, questionamentos sobre a real participação do Hezbollah na Guerra e seu resultado passaram a ganhar mais força em âmbito interno. Assim, do mesmo modo que a identidade nacional de um povo é articulada diante de situações traumáticas, esse mesmo povo se posiciona contra políticas destrutivas à identidade. Essa questão é crucial para compreender a reação posterior aos primeiros dias após o conflito, já que, de uma maneira considerável, houve o apoio popular ao Partido por sua proteção, porém inicia-se o questionamento sobre o motivo para guerra. Indagações sobre a natureza da desavença e principalmente qual honra estava o Hezbollah protegendo: a libanesa ou a própria, se tornaram latentes (BLOOM, 1990, p. 80; NORTON, 2014, p. 152).

Assim, o que parecia ser uma onda de apoio e uma modificação interna, acabou com a divisão ainda mais profunda do país. De um lado, a coalizão composta por Cristãos, Sunitas e Drusos, maioria no parlamento libanês durante a Guerra; e do outro, a coalizão formada por Xiitas e grande parte da comunidade Maronita (NORTON, 2014, p. 152). O primeiro grupo se manteve firme na ideia de uma Guerra planejada pelo Hezbollah, servindo aos interesses do Irã, presentes na Carta Aberta de 1985 principalmente por conta do sis-

tema político ancorado nas decisões do Ayatollah como detentor da governança por jurisdição (*wilayat al-faqih*) dentro do islã político. Além disso, a própria ideia da construção de uma nação muçulmana, aliada a grande capacidade militar do Partido – e sua organização quase estatal – foi suficiente para que a investida fosse considerada uma tentativa de golpe. Por si só, essa hipótese coloca em xeque toda a organização tradicional de poder presente no Líbano, fruto do Pacto Nacional e cuja sociedade centrava-se em volta (NORTON, 2014, p. 155; SHANAHAN, 2008, p. 45).

O segundo grupo, mas principalmente o Hezbollah, após os eventos de julho de 2006 se organizou para reivindicar uma nova ideia de “governo de unidade nacional”, que garantiria ao Partido de Deus vantagens de voto consideráveis dentro do parlamento – levando em consideração o mesmo mecanismo que fundou o formato de governo baseado em demografia e no sectarismo libanês. O que se considera aqui são alguns fatores, o principal deles sendo a demografia da população xiita que aumentava consideravelmente; a segunda e mais simbólica é a capacidade da organização xiita em prover à *dahiya* mais recursos do que o próprio governo. A capacidade da organização de conseguir manter a comunidade em pé após os inúmeros ataques, de uma forma muito melhor do que o governo é um ponto a ser levado em consideração nesta análise (NORTON, 2014, p. 155–156; SHANAHAN, 2008, p. 38).

Nesse sentido, fica claro como a expressiva pressão interna divide o Líbano em dois, o que pode ser analisado como um movimento de engajamento entre as duas coalizões políticas para de alguma forma defender a identidade nacional do que ambas entendem como ameaças a ela. De um lado, compreende-se que houve uma precipitação do Partido em inserir um país inteiro em uma guerra sem precedentes, mesmo sob os preceitos de antissionismo e anti-imperialismo; em última instância, essa é a ordem causadora dos problemas que se seguiram. De outro, Nasrallah como a imagem do prodígio da Revolução Iraniana no Líbano, aponta para questões de ordem ideológica como a necessidade de reafirmar o antissionismo e estabelecer um governo que olhe não apenas para a *dahiya* mas também para a *umma* de forma objetiva (BLOOM, 1990, p. 82).

Alinhado a isso, é cetero afirmar que as marcas do trauma coletivo sofrido por toda a população libanesa – mas principalmente pela comunidade xiita – se trata de mais um traço da identidade desse povo que os une, mesmo que inconscientemente, pela identificação

mútua. De forma excepcional talvez, a afinidade com determinada facção política seja algo que aproxime ou afaste ainda mais esses indivíduos, relação que ficou ainda mais evidente nas eleições que se seguiram. Essa constatação aponta duas características importantes, a primeira sendo a tradição da organização política desse país que, de forma muito forte, faz parte da identidade nacional libanesa. A segunda, ligada a anterior, é suscetibilidade de um grupo de ser influenciado por uma das coalizões em disputa em decorrência da manipulação da memória coletiva para instigar o medo sobre a mudança ou o medo sobre a permanência de determinada tradição (NORTON, 2014, p. 159; PAREKH, 1995, p. 259).

O resultado desse processo foi o aprofundamento da divisão libanesa, expressadas pelas eleições do período. As eleições parlamentares de 2009 mostraram uma divisão considerável, isso porque, como o próprio líder do Partido de Deus aponta: a maioria parlamentar não significa a maioria popular. Em votos populares, o Hezbollah e seus aliados ultrapassaram em mais de 100.000 votos a coalizão contrária. Esse resultado destaca a polarização social, mas também mostra a face surpreendente até mesmo da corrida política de xiitas e sunitas, já que os votos direcionados ao Hezbollah tiveram participação de ambos os grupos. Além disso, o resultado em números versus o resultado nos assentos permitidos pode ser visto como evidência à manutenção das tradições políticas e da preponderância do Partido no sul do Líbano (NORTON, 2014, p. 172–174).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a perspectiva inicial de que o Hezbollah teria se envolvido na construção de uma nova identidade nacional para o povo libanês é preciso levar em considerações alguns aspectos. Em primeiro lugar, é necessário ter a sociedade como ponto central para a determinação identitária do povo, isso porque as experiências, os valores, as tradições e o modo como uma comunidade se organiza social e politicamente é base para a construção dessa identidade. Esses elementos são exprimidos no inconsciente coletivo a partir de ações pessoais que, apesar de poderem ser influenciadas por ações políticas, não se ancoram nela (PAREKH, 1995, p. 257). Sabendo disso, se torna pouco coerente afirmar uma dependência direta das ações do Partido com a construção de uma nova identidade nacional libanesa, visto que o processo histórico e o resultado dele para a sociedade é muito

mais subjetivo do que as ações políticas. Isso é particularmente verdade quando se leva em consideração a magnitude das ações do ator político já que, quanto mais impactantes, maior a divergências de opinião (MONGIARDIM, 2020, p. 11).

Nesse contexto, a pluralidade da sociedade libanesa entra em questão como um dos elementos mais importantes para a consideração de qualquer elemento identitário. Como se viu, a extensa gama de etnias, crenças e pensamentos no Líbano torna desse o aspecto mais desafiador no território em termos de conquista política no geral e, ao mesmo tempo, torna a identidade nacional do povo mais complexa ainda. A busca pela promoção de ideias estritas em uma sociedade tão plural desconsidera essa mesma característica, além da consideração do elemento identitário como algo desconexo de uma só crença ou valor, uma vez que não há exclusividade, tampouco homogeneidade quando se trata de identidade (NORTON, 2014, p. 158; PAREKH, 1995, p. 259).

A ideologia explícita na Carta Aberta de 1985 e mais tarde o Manifesto de 2009 mostram muito mais uma ideia de proteção da *umma* beirando a ideia de nação muçulmana dentro do Líbano – e, nos moldes da Revolução Iraniana, sua expansão. Essa noção, em conjunto com a organização política do Hezbollah sob a ideia de um Estado pode ser analisada como um interesse maior da organização. Em última instância, a necessidade do Partido de Deus é a de fazer parte do controle político, social, econômico e militar de um Estado islâmico propriamente dito. Com base na afirmação de que um Estado forte possui uma nação que corresponda a ele, essa ideia teria sentido do ponto de vista conceitual, mas deixa de lado a identificação de vários povos que, ainda que pratiquem a mesma religião, não se ancoram apenas nisso para se identificarem em termos de nação – e muito menos parar construir uma identidade nacional (ALAGHA, 2011, p. 20; MALUF, 2007, p. 19).

Dessa forma, se torna certo afirmar que necessidade de estabelecer uma comunidade com base no pan-islamismo não se trata de uma busca por uma mudança da identidade nacional libanesa. Ao contrário, apenas havia a necessidade de estabelecer o Partido de Deus como um ator preponderante na ordem política a partir do islã político. Isso também explica como, apesar das grandes investidas e do poder organizacional dentro do Líbano, o Hezbollah ainda assim no final da Guerra e, especificamente em 2009, não havia tido ganhos políticos significativos (SHANAHAN, 2008, p. 41).

Isso significa dizer que, de forma prática, o Hezbollah não possui interesse e nem organização estrutural para desenvolver ou modificar a identidade nacional libanesa uma vez que sua intenção, até mesmo no Manifesto de 2009 era estabelecer uma união pan-islâmica com inimigos em comum. Além disso, o elemento identitário do pós-Guerra de 2006 não foi abalado e não poderia ser influenciado por tais práticas, já que, mesmo com a ameaça representada pela Guerra e, paralelamente, pelo Partido de Deus, o que ocorreu foi o aprofundamento da divisão política. Esse cenário, apesar de desafiador para as forças políticas internas, não quebra com a realidade da sociedade libanesa e não representa uma quebra de paradigma para essa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGHA, Joseph. THE ISRAELI-HIZBULLAH 34-DAY WAR: CAUSES AND CONSEQUENCES. **Pluto Journals**, Nijmegen, v. 30, n. 2, p. 1–22, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41858541>. Acesso em: 27 maio. 2021.

_____. **Hizbullah's Documents: From the 1985 Open Letter to the 2009 Manifesto**. 1. ed. Amsterdam: Pallas Publications, 2011. Acesso em: 21 out. 2020

AVON, Dominique; KHATACHADOURIAN, Anaïs-Trissa. **Hezbollah: A History of the "Party of God"**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2012. Acesso em: 26 mai. 2021.

BAKRI, Nada. Hundreds of thousands show up for "victory rally". **The Daily Star**, [S. l.], 2006. Disponível em: <http://mobile.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2006/Sep-23/42579-hundreds-of-thousands-show-up-for-victory-rally.ashx>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BLOOM, William. **Personal Identity, National Identity and International Relations**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Acesso em: 15 out. 2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. v. 1. Acesso em: 31 mar. 2021.

FAYUTKIN, Dan. The Second Lebanon War - A Two-Year Perspective. **Defense and Security Analysis**, Londres, v. 25, n. 2, p. 201–204, 2009. DOI: 10.1080/14751790902985231. Acesso em: 28 mai. 2021.

HAREL, Amos; ISSACHAROF, Avi. **34 Days: Israel, Hezbollah, and the War in Lebanon**. 1. ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008. Acesso em: 12 mar. 2021.

KINDT, Michael T. Hezbollah: A State Within a State. In: KINDT, Michael T.; POST, Jerrold M.; SCHNEIDER, Barry R. (org.). **The World's Most Threatening Terrorist Networks and Criminal Gangs**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 123–144. Acesso em: 25 mai. 2021.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 26. ed. [s.l.] : Saraiva, 2007. Acesso em: 17 jan. 2021.

MONGIARDIM, Maria Regina De. **Sobre a Identidade Nacional**. Lisboa. Disponível em: https://www.academia.edu/42562410/ARTIGO_A_IDENTIDADE_NACIONAL. Acesso em: 19 jan. 2021.

NORTON, August Richard. **Hezbollah: A Short History**. 5. ed. Nova Jersey: Princeton University Press, 2014. Acesso em 05 mar. 2021.

PAREKH, Bhikhu. The concept of national identity. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, Londres, v. 21, n. 2, p. 255–268, 1995. DOI: 10.1080/1369183X.1995.9976489. Acesso em: 19 out. 2020.

PERLIGER, Arie. Guest Editor's Introduction for the Special Volume on the July–August 2006 War Between Israel and Hezbollah. **Democracy and Security**, Londres, v. 4, n. 1, p. 1–4, 2008. DOI: 10.1080/17419160802012832. Acesso em: 20 mar. 2021.

RUDNER, Martin. Hizbullah: An Organizational and Operational Profile. **International Journal of Intelligence and Counter Intelligence**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 226–246, 2010. DOI: 10.1080/08850600903565654. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08850600903565654>. Acesso em: 24 maio. 2021.

SAAD-GHORAYEB, Amal. **Hizbu'llah: Politics And Religion**. 1. ed. Londres: Pluto Press, 2002. Acesso em: 21 mar. 2021.

SHANAHAN, Rodger. A Pyrrhic Victory? Hezbollah's Complex Post-War Environment. **Democracy and Security**, Londres, v. 4, n. 1, p. 34–47, 2008. DOI: 10.1080/17419160801897969. Acesso em: 18 mar. 2021.

TITAN JUNIOR, Samuel. O Que É Uma Nação? de Ernest Renan. **Plural**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 154–175, 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75901>. Acesso em: 17 jan. 2021.